



**CONGRESO INTERNACIONAL**

**CONTESTED\_CITIES**

**EJE 5**

**Artículo nº 5-549**

**PATRIMÔNIO INSURGENTE: ESTETIZAÇÃO E  
RESISTÊNCIA CULTURAL NO BRASIL DO INÍCIO DO  
SÉCULO XXI**

**LEONARDO BARCI CASTRIOTA  
GABRIEL BRAGA**

## **Patrimônio insurgente: estetização e resistência cultural no Brasil do início do Século XXI**

Leonardo Barci Castriota  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[leonardo.castriota@pq.cnpq.br](mailto:leonardo.castriota@pq.cnpq.br)

Gabriel Braga  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[gabriel.ls.braga@gmail.com](mailto:gabriel.ls.braga@gmail.com)

### **ABSTRACT**

Nos últimos anos, multiplicam-se nas cidades brasileiras iniciativas em que setores da sociedade partem para a "ação direta", ocupando e reutilizando espaços públicos e edifício de valor patrimonial, numa crítica - mais ou menos clara - da representatividade do poder constituído ou mesmo das instâncias formais de participação, como os conselhos do patrimônio, que se estabeleceram na luta pela redemocratização do país desde os anos 1970. Este trabalho propõe-se a problematizar, ainda que de forma inicial, essa perspectiva insurgente no campo do patrimônio, que tem ocupado ruas, praças e edifícios abandonados ou não utilizados do Brasil, recolocando em questão o direito à cidade e à memória. Ocupa Porto do Capim (João Pessoa / PB), Ocupa Estelita (Recife / PE), Ocupa o Quadrado (Pelotas / RS), Espaço Cultural Luís Estrela (Belo Horizonte / MG) são apenas algumas dentre as dezenas de experiências que parecem apontar para um novo caminho e uma nova etapa na luta pela preservação do patrimônio em nosso país

**PALABRAS CLAVE:** Patrimônio insurgente, estetização, resistência cultural.

## 1. POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL E PARTICIPAÇÃO

Com seu início na década de 1930, as políticas de preservação no Brasil se caracterizaram nas primeiras décadas pela busca da identidade nacional, perseguida pelos intelectuais modernistas responsáveis pela criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Diferentemente de outros países latino-americanos, as políticas de patrimônio no Brasil vão ser dirigidas em seus primórdios por setores progressistas e engajados com a vanguarda artística. Com um viés eminentemente estético, as políticas implementadas vão privilegiar os monumentos e sítios do século XVIII, principalmente aqueles do Estado de Minas Gerais, que eram vistos como uma primeira síntese cultural nacional (CASTRIOTA, 2008; CAVALCANTE, 2000). Esse viés de seleção vai predominar no discurso e na prática daquele órgão federal pelo menos até os anos 1960, quando o diálogo com os órgãos internacionais de patrimônio e o esgotamento do projeto moderno recolocam em outras bases a questão do patrimônio no país. Naquele período também começa um processo de regionalização das políticas de patrimônio, com o início da implantação a partir dos anos 1970 de órgãos estaduais e municipais, que tendem a trabalhar numa perspectiva mais ampla e contemporânea (FONSECA, 1997).

Juntamente com esse processo de regionalização das políticas, pode-se destacar outro deslocamento igualmente importante naquele período: a introdução de novos grupos e agentes (stakeholders), o que também contribui para reorientar as políticas públicas na área. Já em 1992, Françoise Choay apontava que ao lado da expansão tipológica, cronológica e geográfica dos bens patrimoniais, o seu público teria tido um “crescimento exponencial”, passando o patrimônio de “objeto de culto” à “indústria”.

Finalmente, o grande projeto de democratização do saber, herdado das Luzes e reanimado pela vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e de seu correlato, o turismo cultural dito de massa, está na origem da expansão talvez mais significativa, a do público dos monumentos históricos – aos grupos de iniciados, de especialistas e de eruditos, sucedeu um grupo em escala mundial, uma audiência que se conta aos milhões. (CHOAY, 1999, p. 210)

**Foto 1:** Interior do Louvre, Paris, 2014



Fuente: Imagem do autor

Para a autora, essa democratização do campo do patrimônio acontece simultaneamente à sua transformação em mercadoria, inserindo-se na lógica da indústria cultural: os bens culturais, além de propiciarem “saber e prazer”, passam agora a ser também “produtos culturais”, “empacotados e distribuídos para serem consumidos”. O seu “valor de uso” se metamorfosearia em “valor econômico”, graças à “engenharia cultural”, cuja tarefa, em última instância seria a de “multiplicar indefinidamente o número de visitantes”. Entre os vários autores contemporâneos que apontam para fenômenos semelhantes, poderíamos citar ainda o crítico alemão Andreas Huyssen, que desenvolve a ideia segundo a qual, numa reação à globalização (ou exatamente através dela), o mundo estaria se “musealizando”, ao trocar o conceito (iluminista) do “progresso” pela idealização das “tradições”. Para ele, também a reciclagem e a exploração pela indústria cultural de tópicos relacionados à memória contribuiriam para a expansão das preocupações relativas à memória na esfera pública, gerando uma espécie de “cultura da memória”, que se impõe desde os anos 1980 (HUYSSSEN, 2000).

No entanto, a nosso ver, este fenômeno não deveria ser visto unicamente através dessa faceta negativa, podendo-se constatar concomitantemente uma efetiva democratização no campo do patrimônio, na medida em que, em certa medida, esse novo público não vai ser apenas consumidor passivo de produtos culturais, mas atua também como cidadão em relação ao seu patrimônio. O fato é que, como tem sido recorrentemente apontado por vários autores, a partir da última década do século XX, as políticas públicas têm sofrido uma grande modificação, especialmente em resposta aos processos de globalização, descentralização e reforma do Estado. A socióloga Maria de Lourdes Dolabela Pereira num interessante trabalho “As políticas públicas para a preservação do patrimônio”, discute exatamente os rebatimentos dessa mudança mais ampla no campo do patrimônio: a seu ver tanto a “adoção de novos dispositivos legais e interinstitucionais”, quanto a “multiplicação de interlocutores – dentre os quais se destaca a preponderância das comunidades” demandariam hoje “alterações nas políticas de gestão do patrimônio cultural, urbano e ambiental” (PEREIRA, 2000). Assim, ao lado da verdadeira “explosão” do campo de patrimônio, que passa da noção de monumento único à ampla ideia de “bem cultural”, assistiríamos, no final do século XX, ao deslocamento dos centros de decisão, com a emergência de uma poliarquia de atores, o que não pode ser ignorado na implementação de qualquer política pública na contemporaneidade.

De fato, tais mudanças vêm impactar fortemente a própria natureza das políticas públicas na área do patrimônio, que passam a ter um novo desenho - não mais hierarquizado - e uma outra lógica - complexa - e, por isso mesmo, não mais explicável pela relação binária Estado e sociedade. A centralidade do Estado, que tinha sido incontestada desde o início da institucionalização das políticas de patrimônio, vai ser abalada e vai sendo crescentemente substituída, como aponta Pereira, “por relações contratuais entre Estado e coletividades locais”, crescendo a importância da “coordenação de atores com interesses e lógicas diferentes”. Nessa nova configuração, que se liga às “novas políticas da cidade”, passam a desempenhar papel importante os conselhos do patrimônio, as parcerias, a contratualização e as negociações urbanas envolvendo diferentes atores públicos e privados.

No caso brasileiro, cabe chamar a atenção para o importante papel desempenhado pelos conselhos do patrimônio, especialmente depois da promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu novas prerrogativas e competências às instâncias de poder: ganha destaque em agendas locais no Brasil a abertura de canais de participação, espaços de co-gestão entre sociedade civil e Estado. Neste sentido, a Carta Magna já estabelece em seu próprio texto, pela primeira vez na legislação brasileira, que cabe ao Poder Público, “com a colaboração com a comunidade” (grifos nossos), promover a proteção do patrimônio cultural, abrindo, com isso, o espaço para a multiplicação dos conselhos por todo o País, que passam a ter a função de estabelecer as políticas de patrimônio.

**Foto 2.** Reunião do Conselho do Patrimônio, Fortaleza, Ceará.



**Fuente:** Imagem do autor

Segundo Maria de Lourdes Pereira, com os conselhos se rompe o “caráter hierárquico tradicional nas políticas públicas”, ampliando-se “a participação das comunidades na elaboração, discussão, fiscalização e decisão sobre a execução das políticas de planejamento e desenvolvimento social urbano, incluindo os direitos sociais e coletivos à gestão urbana democrática”. Estamos frente então a “órgãos híbridos”, os quais “constituem uma nova forma institucional que envolve a partilha de espaços de deliberação entre as representações estatais e as entidades da sociedade civil”. Aqui está a grande inovação: apesar de se encontrarem vários tipos de conselhos – variando em relação às suas atribuições, composição, jurisdição territorial, caráter gestor, fiscalizador ou deliberativo, vai ser o compartilhamento de responsabilidades Estado-sociedade civil que representa o elemento verdadeiramente novo nesses arranjos institucionais.

Essa modificação tem um rebatimento quase imediato na própria percepção do campo do patrimônio: de uma operação que parecia simplesmente técnica, passa-se à percepção que o patrimônio vai ser, em sua essência, político e controverso. Com isso, no coração da pesquisa contemporânea, interdisciplinar e crítica, vai estar fortemente estabelecida hoje a noção de que o patrimônio cultural é uma construção social, resultado de processos sociais específicos espacial e temporalmente, como foi demonstrado magistralmente por Françoise Choay em *A Alegoria do Patrimônio* (2001). Hoje se sabe que objetos, coleções, edificações e lugares são “reconhecidos” como patrimônio através de decisões conscientes e/ou valores não explicitados por instituições e pessoas, e por razões que também são fortemente moldadas por contextos e processos sociais. É nessa direção que vai aparecer como premente a necessidade de se esmiuçar os valores em jogo na conservação do patrimônio cultural, o que é tentado por várias “teorias do valor”, que, a nosso ver, oferecem um marco importante na tentativa de se estabelecer fundamentos teóricos mais rigorosos para a área da conservação<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A esse respeito, confira GETTY CONSERVATION INSTITUTE (GCI), 2001.

## 2. ESVAZIAMENTO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E AÇÃO DIRETA

No entanto, esse quadro, que parecia apontar para uma crescente participação popular, muda nas duas últimas décadas, quando o patrimônio cultural passa a ser crescentemente apropriado pelo mercado e pelas políticas neoliberais implementadas pelo Estado, grande formulador das políticas de memória. A luta pela afirmação das múltiplas identidades, que marcara as políticas de patrimônio no Brasil entre os anos 1970 e 2000, com a forte presença da comunidade, vai cedendo lugar gradualmente a políticas de espetacularização, em que o patrimônio é reapropriado esteticamente como mercadoria privilegiada, fator de atratividade para os possíveis investidores. É interessante percebermos como nesse período, de fato, o “valor de uso” do patrimônio passa a ser crescentemente eclipsado pelo seu “valor econômico”, que passa a predominar nos sucessivos planos de reconversão de áreas históricas em nosso país.

O neoliberalismo, que, em suas múltiplas políticas setoriais, dificulta o direito à cidade, também se apropria das políticas de patrimônio. Assim, vão se esvaziando também gradualmente os próprios conselhos, instâncias híbridas de governança, que se espalharam por todo o país no final do século XX, e que naquele momento constituíram instâncias importantes de representação da população. No início do século XXI, essas instâncias passam a ter um predomínio dos interesses do setor empresarial, que forjam uma nova aliança estratégica com o poder público, com um claro retrocesso da presença e representatividade dos segmentos técnicos e populares. A partir desse quadro – de avanço das políticas privatistas e do esvaziamento das instâncias de representação, é que aparecem com força também no campo do patrimônio, na segunda década do século XXI, movimentos sociais com características próprias que os distinguem dos movimentos sociais tradicionais.

Segundo Manuel Castells em seu livro *Redes de Indignação e Esperança*, uma das chaves para a compreensão desses movimentos sociais do século XXI residiria no entendimento das transformações pelas quais o ambiente comunicacional global passou nas últimas décadas, levando-nos ao que ele denomina de “autocomunicação de massa”, termo que designa o uso massificado da internet e das redes sem fio como plataformas de comunicação digital. “A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade.”, afirma Castells. A seu ver, a “autocomunicação de massa” reconfiguraria as redes sociais virtuais, garantindo um alto grau de criação e propagação de novos discursos não hegemônicos.

Ainda naquela obra, Castells aponta uma outra característica nova, a ocupação do espaço público que seria uma estratégia utilizada para permitir a construção de uma rede presencial de solidariedade, ao mesmo tempo em que garantiria ao movimento um alto grau de visibilidade na cena pública. A seu ver, a ocupação construiria comunidades, e como as comunidades se baseiam na “proximidade”, essa se estabeleceria como um mecanismo psicológico fundamental para superar o medo – medo do uso arbitrário do poder. Além disso, seria importante destacar que a ocupação de um espaço comporia mais uma camada simbólica: na medida em que evoca memórias relacionadas ao espaço ocupado, ela cria vínculos entre o movimento e a vida urbana, reivindicando simultaneamente o direito de uso público das propriedades ociosas.

Um outro traço fundamental nesses novos movimentos sociais poderia ser descrito como a formação de novas “ecologias culturais”, como descrito por Reinaldo Laddaga em *Estética da Emergência*. Naquela obra, Laddaga chama a atenção para a simbiose entre política e estética nesses novos movimentos, falando sobre a formação de um novo regime das artes que emergiria em um contexto de globalização, crise da modernidade artística e

consolidação do capitalismo cognitivo, um regime que, embora iniciado por iniciativas de artistas, seria voltado para a formação de “ecologias culturais” entre artistas e não artistas.

O presente das artes está definido pela inquietante proliferação de certo tipo de projeto, que se deve às iniciativas de artistas e escritores que, em nome da vontade de articular a produção de imagens, textos ou sons e a exploração das formas de vida em comum, renunciam à produção de obras de arte ou ao tipo de repúdio que se materializava nas realizações mais comuns das últimas vanguardas, para iniciar projetos abertos (de improvisação) que envolvam não artistas, durante longos períodos de tempo, em espaços definidos, onde a produção estética se associe ao desenvolvimento de organizações destinadas a mudar o estado de coisas em tal ou qual espaço e que apontem para a constituição de “formas artificiais de vida social”, modos experimentais de coexistência. (LADDAGA, 2012, p. 28).

Assim, acreditamos poder identificar três características essenciais que nos permitiriam abordar esses novos movimentos sociais do início do século XXI, que vimos se manifestando em ações diretas também no campo do patrimônio: a constituição de redes sociais virtuais e de discursos não hegemônicos através da autocomunicação de massa, a criação de redes sociais presenciais e de comunidades instantâneas através da ocupação do espaço público e a formação de “ecologias culturais” destinadas a mudar o estado de coisas em tal e qual espaço. Utilizando-se desses traços, vamos passar agora à análise de alguns desses movimentos que se manifestam na cena brasileira nos últimos anos, abordando, num primeiro momento, os casos do Ocupe Estelita, em Recife (PE) e do Espaço Comum Luiz Estrela, em Belo Horizonte (MG).

### **3. PRIMEIRO ESTUDO DE CASO: MOVIMENTO #OCUPEESTELITA (RECIFE / PE)**

Recife é a capital do estado de Pernambuco, a nona cidade mais populosa do Brasil e a cidade mais rica do nordeste brasileiro. Segundo uma pesquisa realizada a nível mundial em 2015 pela empresa TomTom, a cidade apresenta atualmente o tráfego automobilístico mais lento do país no horário de pico noturno (entre as 17 e 19 horas) e o sexto mais lento do mundo - fato que comprova a falência do modelo de desenvolvimento urbano implantado pela Prefeitura do Recife nos últimos anos. Ao problema do colapso do sistema de mobilidade, se soma a falta de efetividade das políticas públicas de proteção ao patrimônio arquitetônico e paisagístico da cidade e do controle da ocupação da área urbana, o que pode ser representado, exemplarmente, pela aprovação de duas gigantes torres residenciais, em 2007, no centro histórico do Recife, que descaracterizaram completamente a paisagem, protegida como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O movimento #OcupeEstelita nasceu neste contexto, especificamente no ano de 2012, para contestar o início das obras de um novo empreendimento imobiliário de alto impacto: o “Novo Recife”, projeto concebido por um consórcio de quatro grandes construtoras, que pretende implantar um complexo de mais de dez torres de uso misto em uma área de 10.000 m<sup>2</sup>, conhecida como Cais José Estelita, uma antiga área de porto, próxima ao centro histórico de Recife, e que recebeu, desde o início, o claro e decisivo apoio dos governos municipal e estadual.

**Foto 3:** Vista aérea da área do Cais Estelita, Recife, PE.



**Fuente:** Imagem do autor

O Novo Recife é contestado por diversas razões. A primeira delas é que a venda do terreno ocorreu através de um leilão irregular questionado por determinadas instâncias jurídicas principalmente pelo fato do terreno, que até então era propriedade do Estado, ser de interesse público. A segunda é que a aprovação do projeto foi feita sem a autorização dos órgãos que fiscalizam a realização de empreendimentos imobiliários de grande porte. A essas irregularidades, soma-se o fato de o projeto desconsiderar completamente o perfil socioeconômico da população que vive no entorno, formada por camadas pobres. No vídeo “Recife, cidade roubada”, produzido em 2014 pelo núcleo audiovisual do movimento, uma moradora não identificada de uma das comunidades vizinhas denuncia o aspecto segregador do empreendimento:

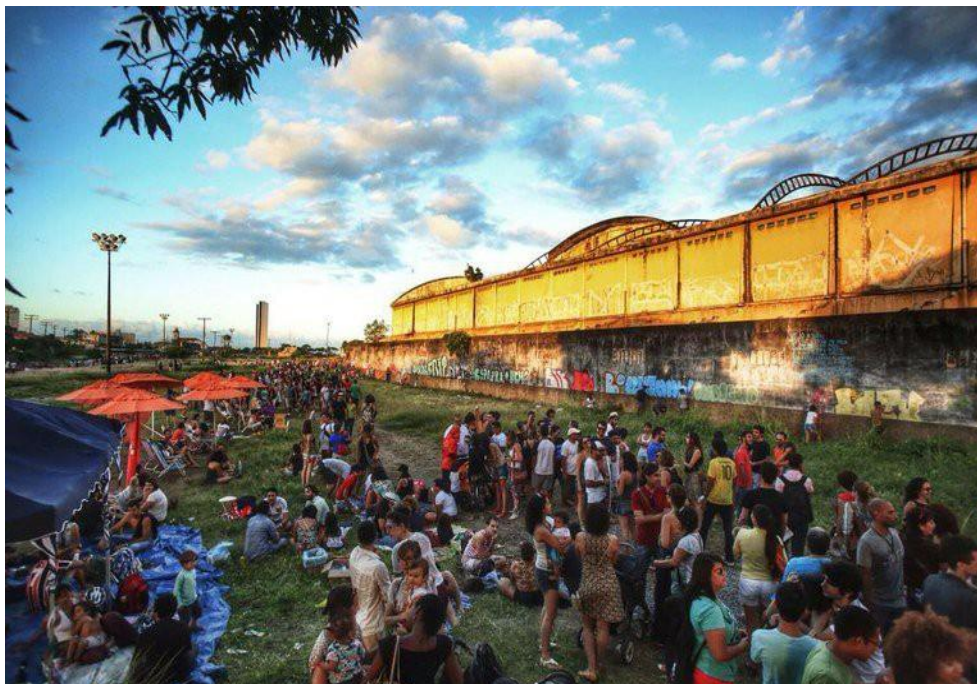
A gente que somos do Coque, nós que somos pobres, que somos da periferia, não vamos ter espaço naquele lugar. (...) Aquele terreno que poderia ser direcionado para pessoas que estão morando na vulnerabilidade, de que forma fizeram isso? Não nos perguntaram, o terreno era de utilidade pública, projetos públicos não tem ali, não é aberto para a sociedade, não é transparente. (...) Nós temos o direito de fazer parte, de construir tudo o que vai ser feito. De fazer parte daquela imagem, daquela cena, daquela paisagem.”

A comunidade da vizinhança constitui um ator coletivo entre os diversos outros sociais que compõem o movimento: artistas e produtores culturais, acadêmicos, estudantes em geral e indivíduos tradicionalmente ligados a movimentos sociais urbanos, em especial o grupo Direitos Urbanos, que surgiu no Recife no início de 2012 para debater questões ligadas ao direito à cidade. Esses indivíduos ocuparam o Cais Estelita pela primeira vez em abril de 2012, logo após a primeira consulta pública sobre a realização do empreendimento. Outra ocupação ocorreu em abril de 2013, como resposta à aprovação do projeto pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife. Em ambas as ocasiões o Cais foi tomado por diversas atividades de arte, cultura e lazer, que eram oferecidas gratuitamente por apoiadores do #OcupeEstelita. Nesses dois momentos, vemos claramente a formação de “comunidades instantâneas” através da ocupação do espaço público e a formação de “ecologias culturais”, nas quais se uniam artistas e não artistas em uma produção comum de imagens, textos e ambientes estéticos. O antigo cais, desocupado



por muito tempo, passou a ser ocupado por uma população flutuante, que participava de performances, peças de teatro, grandes debates públicos, criando uma instigante cena cultural.

**Figura 4:** Ocupação cultural do Cais Estelita



**Fuente:** Imagem do autor

Toda essa mobilização coletiva gerou um impacto político, que acabou levando as construtoras proponentes a reconsiderarem o projeto original, iniciando assim um processo de redesenho. Também em resposta à mobilização, em maio de 2014 a Prefeitura do Recife aprovou uma lei definindo novos parâmetros urbanísticos para a área, numa tentativa de conciliação para viabilizar o empreendimento que tinha, como anotamos, o claro apoio das instâncias governamentais. No entanto, tanto o processo de redesenho quanto a nova lei foram rechaçados pelo movimento, que considerou que as mesmas não atendiam às reivindicações populares e introduziam apenas mudanças superficiais.

Paralelamente à aprovação da nova lei, em maio de 2014 as “forças da ordem” também iniciaram um ataque ao movimento, com a demolição da ocupação no Cais Estelita, iniciando-se assim um período de grande agitação política, que se estendeu até o ano seguinte. Em resposta à ação violenta do Estado, o movimento ampliou a sua atuação política, passando a estar presente também em outras vias públicas e locais simbólicos da cidade de grande visibilidade: em junho de 2014, ocupou-se a Prefeitura do Recife; em maio de 2015, ocuparam-se a Câmara dos Vereadores e a rua em frente ao prédio em que mora o prefeito Geraldo Júlio. Em todas essas situações, o poder público respondeu de forma violenta nos atos de reintegração de posse, levando o movimento a criar um canal virtual de denúncias contra a arbitrariedade do Estado.

Ao lado da ocupação e da formação de uma nova ecologia urbana cabe se destacar o importante papel que desempenhou a comunicação digital, que foi uma importante aliada do #OcupeEstelita: a página criada no Facebook, que hoje apresenta cerca de 40.000 likes, permitiu o estabelecimento de fortes redes virtuais de solidariedade, que ultrapassaram o território de Recife e passaram a ter grande visibilidade em todo o país. Além disso, cabe chamar a atenção para o uso da hashtag, um recurso utilizado com frequência na

autocomunicação de massa para a construção de campanhas virtuais em prol de causas específicas. Uma dessas campanhas, por exemplo, foi a #NegociaPrefeito, que, criada em meados de 2014, visava abrir uma rodada de negociações entre a sociedade civil e a gestão do prefeito Geraldo Júlio, acabou sendo bem sucedida, resultando na convocação da primeira reunião entre representantes do movimento e a Prefeitura do Recife. Outra campanha importante foi o apelo #IphanProtegeoEstelita, que conclamava o IPHAN, órgão federal que atua na preservação do patrimônio cultural, a adotar medidas que protegessem o Cais da investida do mercado imobiliário.

É impressionante a quantidade e a variedade de ações empreendidas pelos ativistas nesses últimos três anos em sua ação direta em defesa do Cais Estelita: no total, o grupo já realizou mais de 300 ações divididas pelos próprios ativistas em quatro eixos centrais de atuação: pedagogia e conteúdos de uma nova forma de relação social (64 oficinas, seis assembleias, cinco feiras); formas de resistência política (quatro ocupações, 10 manifestações de rua); repensando a cidade (23 debates, 14 aulas públicas, duas palestras, cinco rodas de diálogo); arte, cultura e dinamização urbana (98 apresentações culturais, sete mostras/exposições artísticas, dois projetos, 21 intervenções e 22 exposições de vídeos).

Num balanço geral, podemos ver a efetividade da atuação do movimento, num quadro em que se batiam contra gigantescos interesses imobiliários, representados, neste caso, não apenas pelas construtoras envolvidas, mas pelos diversos agentes estatais, fortes aliados das forças do mercado neste caso. Apesar desse quadro francamente desfavorável, além de efetivamente embargar temporariamente a construção do empreendimento e de conquistar a atenção da mídia tradicional, o #OcupeEstelita ainda pode ser creditado pelos seguintes feitos: em 2015, o grupo foi recebido pelo secretário-executivo do Ministério da Cultura e pela presidente do IPHAN, que acatou o pedido de abertura de processo de tombamento da área. No dia 27 de novembro do mesmo ano, o leilão de venda do Cais foi anulado por um juiz federal sob a alegação de que o empreendimento esbarraria no perfil arquitetônico e paisagístico da região e que a venda de uma área pública para a iniciativa privada não deveria ocorrer quando há um interesse público sobre esta mesma área.

Entretanto, apesar desses ganhos parciais, o destino do Cais Estelita permanece incerto. Mesmo com toda mobilização e com o apoio popular conseguido, o processo de proteção do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas continua sem resolução. Em abril de 2016, o IPHAN, ignorando o clamor do movimento e da opinião pública, considerou que a área não possuía atributos para ser protegida por si mesma, indicando que deveriam ser feitos novos estudos para a preservação da paisagem de Recife. Além disso, a decisão de se anular o leilão foi suspensa pela segunda instância da Justiça pernambucana, numa clara vitória das forças de mercado. Assim, podemos ver que a maior conquista do Ocupe Estelita foi, até este momento, abrir um novo canal de diálogo para se repensar a cidade do Recife, através da organização das redes de ativismo político e de produção cultural da cidade.

#### **4. SEGUNDO ESTUDO DE CASO: O ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA (BELO HORIZONTE / MG)**

26 de outubro de 2013 foi o dia do surgimento da ocupação que se constituiria como o “Espaço Comum Luiz Estrela” em Belo Horizonte, sexta cidade mais populosa do Brasil e capital do estado de Minas Gerais. A primeira ação do grupo de ocupantes, constituído por artistas e ativistas locais, foi significativamente uma performance teatral conduzida em frente à fachada principal do edifício histórico, invadido de madrugada. Segundo a primeira postagem na página do Facebook do Luiz Estrela, o projeto foi pensado para estabelecer

uma “nova experiência de criação artística- cultural autônoma, autogestionada, construída por pessoas comuns que acreditam na memória viva da cidade e na construção coletiva.”

O prédio ocupado é um casarão em estilo eclético, do início do século XX, que já abrigou um hospital militar e, posteriormente, um hospital psiquiátrico infantil, estando vazio há algumas décadas. Alguns meses antes da ocupação, o Governo do Estado de Minas Gerais tinha concedido a permissão de uso do imóvel a uma entidade privada ligada à área da saúde, cujo plano era criar no local um memorial para o ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek, que fora médico na capital mineira na década de 1940. Quando foi invadido, o casarão, a pesar de ter sido tombado pelo município em 1994, apresentava condições deploráveis de conservação, indicando a ineficiência do poder público em prover ao edifício os cuidados necessários para a sua manutenção.

**Figura 5.** Performance em frente ao casarão ocupado.



**Fuente:** Imagem do autor

Em resposta a esse estado de abandono, os ocupantes prontamente organizaram um mutirão de limpeza, que foi seguido por conjunto de iniciativas que visavam conquistar a adesão da vizinhança do bairro e da população em geral, como a produção de uma petição dirigida às autoridades reivindicando o direito de ocupar o edifício. Desde o início o movimento se configurou como uma estrutura contemporânea, de organização horizontalizada, tendo sido realizadas diversas assembleias para debater a organização e a gestão do espaço. Apesar de seu caráter bastante espontâneo, a ocupação contou, desde o início, com o apoio de ocupações já existentes na cidade e de organizações políticas, como as Brigadas Populares<sup>2</sup>, bem como de advogados voluntários, que criaram um núcleo jurídico que se tornaria responsável pelas negociações junto ao poder público.

Também neste caso, as “forças da ordem” logo reagem à ocupação: no dia 31 de outubro de 2013, cinco dias, portanto, após o início da ocupação, o Espaço Comum Luiz Estrela

<sup>2</sup> As Brigadas Populares (BPs) são uma organização política popular brasileira fundada em 18 de setembro de 2011, na cidade de São Paulo, a partir da fusão de quatro organizações predecessoras. Seu objetivo estratégico é a superação da dependência brasileira e a formação de uma regime político soberano, popular e democrático

recebeu uma ordem judiciária de despejo, que deveria ser cumprida pela Polícia Militar. No entanto, diferentemente do caso do Cais Estelita, desde esse primeiro momento houve negociação e o despejo foi suspenso. A partir daí, percebemos uma intensa campanha do grupo de militantes, que já no dia 01 de novembro realiza um ato público em favor da ocupação e passa a se utilizar de forma bastante eficiente tanto das redes sociais, quanto da própria imprensa, gerando uma série de reportagens favoráveis à ocupação.

É interessante perceber que aqui também encontramos um esforço ativo para a formação de “ecologias culturais”, com artistas voluntários oferecendo atividades culturais e de lazer gratuitamente à população, reafirmando a vocação cultural do projeto, e se criando ainda grupos temáticos para uma produção artística própria dos ocupantes. Com a intensa mobilização social e cultural dos ocupantes, entra em cena o poder legislativo, tanto em nível municipal quanto estadual, produzindo-se audiências públicas bastante concorridas. O próprio Governo do Estado não se nega a discutir com os ocupantes, e já em 21 de novembro realiza-se a primeira reunião para discutir a utilização do imóvel.

Assim, neste caso, a permissão de uso para os ocupantes veio após apenas 54 dias de ocupação, sendo a concessão realizada com a condição de que o grupo responsável pela gestão do imóvel se responsabilizasse também pelas obras de restauração e pela manutenção do mesmo. Essa era, de fato, desde o início a intenção dos ativistas, que, aproveitando a exposição midiática conquistada pelo Espaço Comum no início da sua ocupação, lançaram uma campanha de crowdfunding, por meio da qual foi arrecadado um montante suficiente para realizar as obras emergenciais de escoramento estrutural do casarão. A gestão do projeto caracteriza-se pelos mecanismos participativos contemporâneos, não apenas na internet, realizando-se, por exemplo, o projeto de restauro do edifício através de uma oficina tocada por um grupo de voluntários. A diversidade de atividades é outra característica da ocupação: concertos musicais, espetáculos de teatro, festivais de cinema, feiras de produtos orgânicos e aulas de yoga são alguns exemplos. Em uma postagem no Facebook no final de 2015, o Espaço contabiliza (e comemora) as suas realizações: conquista de recursos estatais para parte da restauração do telhado e para o financiamento de um espetáculo teatral criado por um dos núcleos de produção artística, além da aprovação do projeto de restauração junto ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Aqui podemos acompanhar uma experiência em que a ação direta consegue sucesso: a mobilização do grupo de ativistas, que realiza a ocupação, consegue em pouco tempo mudar o destino de uma edificação histórica abandonada, dando-lhe um novo uso e iniciando o processo de sua recuperação. Naturalmente, o Espaço Luiz Estrela enfrenta alguns problemas que dificultam a continuidade do projeto: nos últimos tempos se tornou mais difícil levantar verbas para continuar o projeto de restauro, não tem sido registrada a participação dos vizinhos de bairro e, além disso, nota-se um esvaziamento gradual no grupo de apoiadores da iniciativa. Porém como tem sido feito desde o início da ocupação, o grupo aposta na organização horizontalizada para resolver seus problemas, que têm sido debatidos em frequentes assembleias.

**Figura 6.** Imagem utilizada na campanha de arrecadação por meio de *crowdfunding*.



**Fuente:** Imagem do autor

## 5. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Dentre as diversas iniciativas nas cidades brasileiras nas quais grupos da sociedade partem para a "ação direta", ocupando e reutilizando espaços públicos e edifício de valor patrimonial, escolhemos dois exemplos com abrangência e escala diferentes, e que envolvem também de forma diferenciada os diversos atores. Podemos perceber que no caso do Ocupa Estelita, o movimento de resistência entra em confronto com um conjunto de agentes muito mais poderoso, encabeçados pelo mercado imobiliário e pelo Estado, o que dificulta a sua ação – que é confrontada com violência, e impede que consigam seus objetivos imediatos. No caso do Espaço Luiz Estrela, acontece um rápido recuo do Estado, o principal interlocutor do movimento, com a cessão do imóvel aos ocupantes em menos de dois meses. Neste último caso, pode-se apontar também o período dos acontecimentos como decisivo: no segundo semestre de 2013, o Brasil ainda se recuperava das chamadas “Jornadas de Junho”<sup>3</sup>, que deixaram os poderes constituídos bastante fragilizados e receptivos às demandas organizadas.

Como mostramos, trata-se de movimentos sociais com novas configurações, nos quais podemos identificar a presença dos três traços que apontamos - a forte utilização da “autocomunicação de massa”, a criação de redes sociais presenciais através de ocupações e a formação de “ecologias culturais” fortemente estetizadas. Muito importante também, nos parece ressaltar, em ambos os casos, a irrelevância das instâncias formais de participação, como os conselhos do patrimônio, que marcaram a luta pela redemocratização do país desde os anos 1970, o que nos leva a questionar a sua capacidade de responder às demandas atuais do campo expandido do patrimônio hoje. As razões desse esvaziamento, que, paradoxalmente, coincide com o período em que se experimenta no Brasil a emergência de forças democráticas e populares no governo, devem, a nosso ver, ser estudadas com maior profundidade num trabalho posterior.

## REFERENCIAS

- AVRITZER, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CASTELL, Manuel. Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

<sup>3</sup> A respeito das “Jornadas de Junho” no Brasil, confira, entre outros, CAVA, 2014 e AVRITZER, 2016.

- CAVA, Bruno. *A Multidão Foi ao Deserto: as Manifestações no Brasil em 2013 (Jun-Out)*. São Paulo: Annablume, 2014.
- CAVALCANTE, Lauro (org). *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.
- GETTY CONSERVATION INSTITUTE (GCI). *Assessing the Values of Cultural Heritage*. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2002.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed., 2000.
- LADDAGA, Reinaldo. *Estética da emergência: a formação de outra cultura das artes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Negociações e Parcerias: o desafio da gestão urbana democrático-participativa*. *Revista Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n. 6, p. 212-244, out. 2000.